

Pesquisa de Avaliação dos Fundos Rotativos Solidários

Research Assessment of Solidarity Revolving Funds

Investigación sobre la evaluación de los Fondos Rotatorios Solidarios

Recherche sur l'évaluation des politiques sociales de financement rotatifs - FONDS Rotatifs Solidaires

*Alicia Ferreira Gonçalves**

Resumo: Este artigo apresenta os primeiros resultados de uma experiência de investigação: trata-se da pesquisa de avaliação das políticas sociais de finanças solidárias – os Fundos Rotativos Solidários (FRS) no Estado da Paraíba. Os FRS são instrumentos de finanças solidárias (a fundo perdido) direcionadas às comunidades camponesas que praticam a autogestão dos referidos fundos, formando uma poupança a ser reinvestida na própria comunidade. O foco central da política é fortalecer a solidariedade e o circuito da reciprocidade como práticas ancestrais do universo camponês, e, simultaneamente, inserir a produção agrícola no circuito mercantil com vistas ao incremento da renda e ao desenvolvimento territorial. A pesquisa em curso visa avaliar a efetividade da política a partir da visão de mundo da comunidade e dos indicadores locais de sustentabilidade. Avaliação preliminar sinaliza para o potencial dos fundos no fortalecimento da agricultura familiar, no debate das questões de gênero e das práticas agroecológicas.

Palavras-chave: Avaliação de Políticas Sociais, Finanças Solidárias, Fundo Rotativo Solidário, Solidariedade, Desenvolvimento territorial.

Abstract: This paper presents the first results of a research experience: it is the evaluation research of social policies of solidarity finance – the Solidarity Revolving Funds (GRF) in the State of Paraíba. The FRS are instruments of solidarity finance (grants) targeted to the farming community who practice self-management of these funds, creating savings to be reinvested in the community. The central focus of this policy is to strengthen solidarity and reciprocity as a circuit of ancient practices of the peasant world, and simultaneously enter the commercial agricultural production in the circuit with a view to increasing income and regional development. Ongoing research aims to evaluate the effectiveness of the policy from the worldview of the community and local indicators of sustainability. Preliminary evaluation indicates the potential for funds to strengthen the family farm, in the discussion of gender and agroecological practices.

Keywords: Evaluation of Social Policies, Financial Solidarity, Solidarity Revolving Fund, Solidarity, Land Development.

* Alicia Ferreira Gonçalves. Doutora em Ciências Sociais pela UNICAMP, é professora do departamento de Ciências Sociais, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) da UFPB. E-mail: aliciafg1@hotmail.com

Introdução

Les hommes des sociétés sauvages ou traditionnelles n'ignoraient pas l'intérêt matériel. Mais ils se refusaient à légitimer son autonomisation (Caillé, 2003).

A existência de uma economia baseada na dádiva nas sociedades ditas "arcaicas" foi demonstrada por Marcel Mauss no Ensaio sobre a dádiva. No Ensaio, o autor contrapõe uma economia mercantil baseada no lucro e na competição individual a uma economia moral baseada na dádiva, demonstrando a relevância dos laços de reciprocidade para o tecido social e do equilíbrio entre individualismo e moralidade nas sociedades industriais capitalistas. Em 1924, esse era o argumento de Marcel Mauss.

O argumento do autor vem sendo retomado por um grupo de intelectuais vinculado ao Movimento Anti-Utilitarista nas Ciências Sociais (M.A.U.S.S.) na análise de processos contemporâneos, tais como, o fato associativo (associativismo), a economia (dita social ou solidária) e o estatuto político (democracia). O Movimento dirigido por Alain Caillé critica a visão economicista e utilitarista presente nas ciências sociais e as políticas neoliberais. Esses autores argumentam que onde o estado e o mercado se mostraram incapazes de apresentar soluções para os problemas por eles mesmos criados, como a desigualdade de renda e a pobreza, os laços sociais presentes nos movimentos associativos e na dinâmica democrática se apresentam como uma dimensão estratégica no combate a desigualdade social e a pobreza em várias regiões, a exemplo da França, Brasil, África e Índia.

No caso brasileiro, as pesquisas empíricas realizadas em comunidades rurais no sertão nordestino têm comprovado a atualidade do pensamento de Marcel Mauss e a pertinência do argumento do M.A.U.S.S. sobre a relevância do laço social para a economia nessa região. Tais pesquisas vêm demonstrando que nessas

localidades paralelamente às relações de trocas mercantis coexistem prestações econômicas não mercantis baseadas em teias de reciprocidade¹. São práticas econômicas tradicionais presentes há muitos anos no seio dessas comunidades e que têm assumido historicamente um papel crucial para a sua sobrevivência, tal como demonstra a pesquisa de campo realizada por Eric Sabourin (1999, p.41):

Nas comunidades rurais do Sertão Nordeste, paralelamente às relações de câmbio mercantil, encontram-se prestações econômicas não mercantis que correspondem às permanências de práticas de reciprocidade camponesa, ancestrais ou readaptadas em contexto novo.

A existência das práticas de reciprocidade pode ser observada mediante mecanismos de dádiva, de ajuda mútua e convites essenciais à organização social e produtiva dessas comunidades situadas em ambientes rurais de clima semiárido, onde as condições de vida são marcadas historicamente pela ausência de infraestrutura tecnológica e produtiva, serviços de saúde, de educação, sem a propriedade da terra e longos períodos de seca². São condições de vida que revelam a permanência de "lógicas camponesas", segundo Sabourin (2009, p13), de resistência e de reprodução para responder³,

Às situações de acesso precário e insuficiente de recursos produtivos, especialmente a terra e a água. Trata-se de uma singular experiência de gestão da fertilidade destes recursos, diretamente potencializado pelo trabalho, que, por esta razão, é sempre coletivo, no interior da família e da comunidade local.

Tais práticas têm se constituído há longos anos como uma instância central para a sobrevivência dessas comunidades,

A constituição dos dotes (enxovais), a

realização das festas familiares e religiosas, a hospitalidade (estendidas aos rebanhos dos vizinhos em caso de seca), são tantas formas de dádiva que levam ao crescimento da produção, na medida das possibilidades das famílias e das condições do clima (Sabourin, 1999, p.2).

Neste sentido, afirma Dominique Temple (1997), a reciprocidade via redistribuição é um fator essencial para a produção da subsistência e do excedente entre os agricultores, promovendo via economia da dádiva a inserção do grupo à economia mercantil.

No Brasil, a partir de 2003, o governo federal por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) em articulação com os movimentos sociais no campo e setores da igreja católica institucionalizou tais práticas recíprocas com a denominação de Fundos Rotativos Solidários (FRS). Os fundos têm atualizado uma espécie de economia da dádiva que tem o potencial de fortalecer a organização social e produtiva dos pequenos agricultores e promover (paradoxalmente?) sua inserção à economia mercantil⁴.

Os FRS podem ser caracterizados como uma política de finanças solidárias⁵ destinada aos pequenos agricultores que vivem com as suas famílias no semiárido nordestino e na região litorânea, geralmente beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).⁶

Os Fundos Rotativos Solidários

A prática de fundos solidários é ancestral, podemos identificar nos movimentos camponeses messiânicos, no século XIX, a exemplo de Canudos situado no Sertão da Bahia. "Exemplo claro de uma multiplicidade de motivações, como reação ao domínio do latifúndio e a resolução do problema da terra, a superação das condições de miséria e o socorro aos desvalidos" (Grupo Esquel, 2008,

p.33). Ou, no movimento social das Ligas Camponesas no Sertão de Pernambuco, Paraíba e Alagoas que se iniciaram em meados dos anos 1940. Em 1955, a comunidade se organizou de forma associativa para gerir recursos financeiros formando uma poupança para enterrar seus mortos. No século XXI é reavivada pelas comunidades eclesiais de base e as pastorais da terra.

No Estado da Paraíba a ideia de Fundos Rotativos Solidários que circula na comunidade é antiga; data de trinta anos, quando pequenos agricultores apoiados pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) se associavam para disponibilizar e gerir recursos financeiros, visando atender as necessidades imediatas da comunidade. As famílias ressarciam tais recursos trocando produtos entre si (como porcos, cabras, galinhas e sementes) configurando, desde longa data, a partir das relações de troca, o circuito da dádiva.

Estes podem ser caracterizados como uma forma de associação de crédito rotativo. Segundo Duque e Oliveira (2007, p.1), "baseia-se na cooperação dos atores envolvidos, a partir dos laços sociais de solidariedade, confiança e reciprocidade entre eles estabelecidos." Os recursos circulam na própria comunidade e a reposição desses fundos obedece a uma lógica da solidariedade baseada nas regras tradicionais de reciprocidade que levam qualquer agricultor a compartilhar água de beber porque "no sertão, água não se nega" ou ainda criar seus animais em áreas de pastagens comuns, os fundos de pasto.⁷

A experiência piloto com os FRS foi desenvolvida na comunidade de Caiçara, no município de Soledade, no ano de 1993 – ano de seca na região, onde os fundos foram aplicados na construção de cisternas. As primeiras cisternas foram construídas pelo Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada às Comunidades (PATAC) e em sistema de mutirão, tomando por base as cisternas de placa

projetadas na Bahia. Duque e Oliveira (2007, p.3), pesquisadoras experientes dos FRS na Paraíba, nos contam em riqueza de detalhes como funciona a gestão dos fundos nas comunidades a partir da lógica da reciprocidade e de sua respectiva organização social. Esta é baseada no "conselho" formado pelos chefes de família e na unidade básica que é a família do pequeno agricultor composta por pessoas ligadas por laços de sangue, afinidade e compadrio.⁸

No final de 2000, no Estado da Paraíba, foi lançado pela ASA/Brasil o Programa de construção de um milhão de cisternas (P1MC) viabilizado pela política dos FRS. Contudo, se as ações iniciais da ASA/PB e das comunidades foram mobilizadas para a construção das cisternas, a partir de então, os FRS foram utilizados para viabilizar outros empreendimentos como a criação de animais, cercado para aves, a criação de um banco de sementes comunitário, beneficiamento e comercialização de frutas nativas, tanque de pedra e barragens subterrâneas, dentre outros⁹. São empreendimentos que viabilizam a convivência com o semiárido a partir de uma nova concepção e também dos saberes (tecnologias) tradicionais da comunidade. Para além da lógica financeira tradicional é importante ressaltar que os FRS segundo seu desenho, objetivos e sua metodologia têm o papel de fortalecer experiências já existentes, ou seja, fortalecer a organização produtiva e social de pequenos agricultores organizados em associações ou cooperativas e possibilitar a sua autonomia em relação às práticas clientelistas dos poderes locais constituídos.

Como citado antes, a partir da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) no ano de 2003 e do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), a política dos fundos via pressão dos movimentos sociais e entidades como a Cáritas e a ASA começa a ser institucionalizada no aparelho do Estado pleiteando recursos do Ministério do

Trabalho e do Emprego (MTE), do Ministério do Desenvolvimento Social (MDA) e dos Bancos de Desenvolvimento, como o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES).¹⁰ Segundo Heck (2006, p.2),

A idéia é disponibilizar recursos financeiros, não reembolsáveis e sem burocracia para viabilizar experiências de fundos rotativos solidários, projetos associativos e comunitários de produção de bens e serviços. Os recursos podem ser originários do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), de fundos de ação social, serem de origem orçamentária ou de bancos públicos.

Heck afirma que os FRS se configuram como uma política pública complementar ao PRONAF e ao PBF,

As 8,7 milhões de famílias que recebem o Bolsa Família, as mais pobres do país, precisam de um instrumento de apoio para que possam construir as 'portas de saída', provendo seu auto-sustento e sua emancipação. Hoje não existe nenhum programa governamental que garanta este apoio, a não ser alguns tipos de PRONAF, para o meio rural. Há um vácuo de crédito para famílias como as que recebem o Bolsa Família, e que precisa ser ocupado. Só no Nordeste existem hoje 180 organizações que trabalham com fundos de crédito solidário. Imagina-se que existam hoje no Brasil mais de 15 mil empreendimentos e grupos de geração de trabalho e renda que, potencialmente, podem ser participantes ou estão à espera de apoio. A idéia é disponibilizar recursos financeiros, não reembolsáveis e sem burocracia para viabilizar (Heck, 2006,p.1).

Para além do crédito não reembolsável, o foco central dos fundos são os interesses das comunidades e a solidariedade tecida em suas relações sociais como po-

deroso instrumento na geração da renda e no combate à pobreza. Portanto, em seu desenho e metodologia o papel atribuído aos FRS não é de prover o crédito segundo uma lógica financeira tradicional e/ou segundo uma lógica clientelista¹¹, mas sim político-pedagógica. Esta viabiliza a emancipação das comunidades beneficiárias a partir da lógica da solidariedade e das práticas de reciprocidade, como sinaliza a pesquisa realizada por Mota no município de Irauçuba, aquele com maior índice de desertificação no sertão do Estado do Ceará (2009, p.5),

A existência de um Fundo Rotativo Solidário aumenta a autonomia e a capacidade de autogestão e dessa forma a romper com as práticas clientelistas tão arraigadas nas pequenas comunidades rurais. Além disso, desperta valores sociais importantes, como a adoção de novas atividades produtivas, aumento da capacidade econômica e financeira das famílias participantes, bem como serve de instrumento para implementação de novas parcerias e conseqüentemente alocação de novos recursos. O Fundo Rotativo Solidário estimula o compartilhamento, a solidariedade, altera-se o foco do "eu" e se retoma a discussão dos interesses coletivos.

Em 2011 a ASA-PB avalia que as experiências com os FRS se desenvolvem em aproximadamente mil comunidades, distribuídas em 147 municípios do semi-árido paraibano. Atualmente seis experiências são financiadas pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), em parceria com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), em comunidades rurais, atendendo aproximadamente 504 famílias que vivem no Litoral, Médio e Alto sertão.

No BNB, a experiência com os FRS foi instituída no ano de 2004 mediante parceria e convênio firmado com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e a SENAES, para viabilizar a execução de projetos produtivos solidários, "preven-

do o aporte de recursos financeiros para viabilizar ações produtivas associativas e sustentáveis, que assumam os princípios da Economia Solidária, por meio de Fundos Rotativos Solidários".¹²

A pesquisa de avaliação dos FRS financiados pelo BNB em parceria com a SENAES foi desenvolvida ao longo dos anos de 2009 e 2010 em cinco projetos rurais envolvendo dezenove comunidades rurais (assentamentos e sítios) situadas no litoral sul, agreste e alto sertão do estado da Paraíba. Trata-se da primeira avaliação dos impactos dos Fundos Rotativos Solidários nas comunidades.¹³

Metodologia

A metodologia desenvolvida na pesquisa é a avaliação em profundidade baseada na perspectiva etnográfica que envolveu os seguintes procedimentos:¹⁴

- 1- Revisão bibliográfica pertinente a temática em foco;
- 2- Reuniões (quatro meses) semanais de discussão dos textos teóricos e do delineamento da pesquisa de campo;
- 3- Pesquisa de campo com observações *in loco* (trinta dias)¹⁵;
- 4- Aplicação de 90 questionários com perguntas abertas e fechadas, cuja finalidade foi mapear o perfil socioeconômico, da propriedade, da produção, da renda e da gestão do FRS;¹⁶
- 5- Registros visuais das atividades financiadas e,
- 6- Mapeamento e desenvolvimento de indicadores de sustentabilidade dos empreendimentos.¹⁷

Selecionamos em conjunto com membros do PATAC e da ASA/PB cinco projetos financiados pelo Banco em três mesorregiões: litoral sul, agreste e alto sertão, com a finalidade de abordar a diversidade das experiências com a gestão de fundos públicos. Nessas mesorregiões focalizamos dezenove comunidades, e, nas comunidades as famílias que partici-

pavam dos FRS. Além das questões fechadas os questionários contemplaram questões abertas sobre a experiência da gestão. Ademais, foram realizadas dez entrevistas qualitativas e três visitas ao campo. A análise levou em consideração os relatos dos sujeitos da pesquisa, ou seja, as suas respectivas impressões sobre a gestão do fundo. Quem respondia era o (a) participante do FRS, acompanhado de membros da comunidade e da família. A definição da amostra obedeceu também a critérios de intencionalidade: facilidade de acesso ao pesquisador, condições básicas para a realização da pesquisa (hospedagem), custos da pesquisa tendo em vista os recursos disponíveis e a aceitação da pesquisa pela comunidade.

Como citado anteriormente, a experiência da gestão foi apreendida do ponto de vista da comunidade (ou a perspectivas êmica) – como contraponto à perspecti-

va do formulador e do financiador da supracitada política. Assim, a pesquisa tem base etnográfica, porque entre outros fatores, considera na análise a visão de mundo das pessoas que participam da política em tela, bem como, os significados que lhe atribuem.¹⁸ Neste sentido, sua perspectiva epistemológica é hermeneuta e semiótica, porque analisa as diversas visões e significações sobre a política: 1) institucional; 2) entidade de mediação 3) comunidade e 4) campo intelectual. Isto significa que os relatos êmicos coletados nas entrevistas se constituem como um componente fundamental na análise, assim como, a observação do contexto onde se desenrola a experiência com os fundos.

Por razões de espaço, no presente artigo vou relatar a experiência do Assentamento Acauã situado no município de Aparecida localizado no Alto Sertão do estado da Paraíba.

A PESQUISA ETNOGRÁFICA ASSENTAMENTO ACAUÃ



Figura 1: Localização geográfica do Município de Aparecida- PB;
Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Aparecida_\(Paraíba\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Aparecida_(Paraíba))

O município de Aparecida situa-se a cerca de 450 km da capital João Pessoa, sua população é composta de 7.607 habitantes, seu clima é tropical, seco e quente, sem um período definido de chuvas. A economia do município gira em torno da agricultura familiar de subsistência, aposentadoria e pequenos comércios de artesanatos. Em Aparecida, a pesquisa foi realizada no

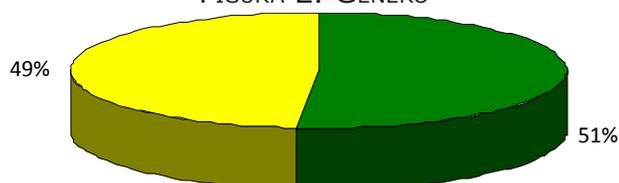
assentamento Acauã, distante três quilômetros da zona urbana. No assentamento, a experiência com os fundos iniciou-se há vinte meses mediante convênio com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR).

Os FRS financiam diversos projetos de grupos produtivos solidários. O primeiro grupo é composto de 15 mulheres artesãs que confeccionam redes com bordas e

varandas, trata-se de um grupo não formalizado juridicamente. O segundo grupo é o de apicultores composto por 63 participantes organizados em uma associação. O terceiro grupo é o de horticultores composto por 13 participantes que produzem alface, coentro, pepino, cenoura, couve e cebolinha. O quarto grupo é composto de viveiro de mudas composto por 13 membros entre adolescentes e crianças que produzem mudas de algaroba, andiroba e frutas. Os grupos produtivos recebem apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) articulado ao ASA/PB. Em um primeiro momento a pesquisa mapeou o perfil dos participantes dos FRS, com a seguinte indagação: quem são as pessoas que participam da política dos fundos? Ficamos surpresos com a expressiva participação de jovens, crianças e das mulheres e com o alto grau de identificação das pessoas com a terra e a agricultura.

Em Acauã vivem 114 famílias; dentre estas, trinta famílias participam do FRS. 97% dos participantes declaram-se de origem paraibana e 3% afirmaram ter como localidade de origem o estado de Pernambuco. O assentamento foi organizado pelo MST (a partir de 1995), antigo latifúndio da família Gadelha.

FIGURA 2. GÊNERO



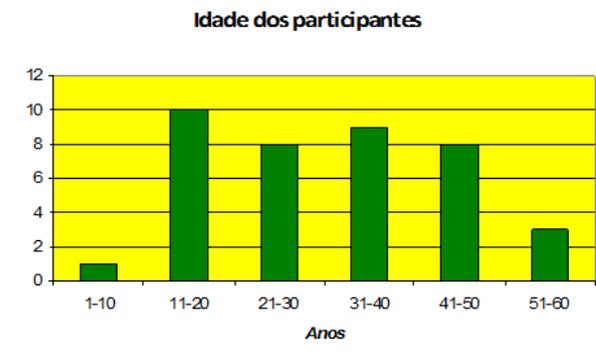
■ MASCULINO ■ FEMININO

Fonte: Pesquisa FRS, 2010

51% dos participantes são do sexo masculino e 49% são do sexo feminino. Contudo é necessário expor que as atividades obedecem a uma divisão sexual e social do trabalho, o artesanato possui participante exclusivamente do sexo feminino. Na apicultura encontramos dois participantes do sexo feminino e 61 homens.¹⁹ Nas

demais atividades, horticultura e no viveiro de mudas essa segregação não existe, contudo o maior número de participante é do sexo masculino. É importante ressaltar a expressiva participação das mulheres no artesanato e jovens e crianças na horticultura. A participação das mulheres, crianças e dos jovens no FRS pode potencializar remodelações nas relações de gênero?

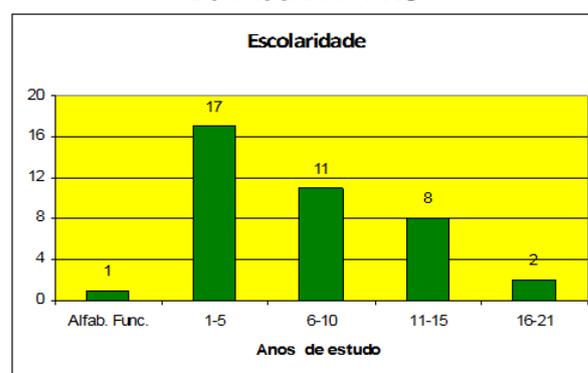
FIGURA 3. ENVOLVIMENTO DOS GRUPOS ETÁRIOS NO PROGRAMA FRS



Fonte: Pesquisa FRS, 2010

Quanto à idade dos participantes do FRS há um maior número de participantes com a idade entre 11 a 20 anos, o que mostra uma significativa participação dos jovens em atividades como viveiro de mudas e artesanato. Há também um grande número de adultos que participam do FRS, na faixa entre 31 a 40 e 41 a 50 anos. Consideramos significativa a participação das crianças e dos jovens no FRS o que sinaliza para a construção de uma cultura agroecológica e solidária na comunidade e com perspectivas de transmissão às gerações futuras.

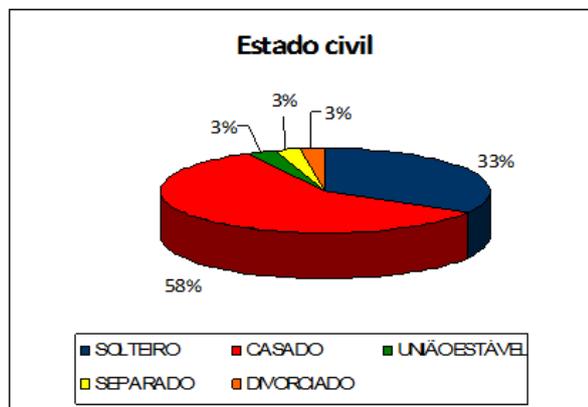
FIGURA 4. ANOS DE ESTUDO DOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA FRS



Fonte: Pesquisa FRS, 2010

O item escolaridade aponta que grande parte dos participantes do FRS tem entre um e cinco anos de escolaridade formal, havendo um número significativo de participantes que possuem de seis a dez e onze a quinze anos de escolaridade formal. No assentamento Acauã encontramos pessoas com mais anos de estudo na escola em relação aos outros assentamentos pesquisados.

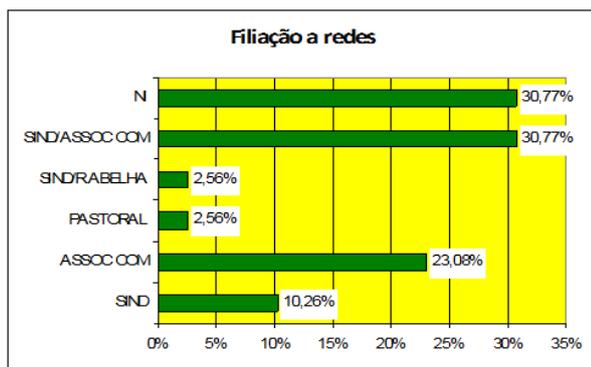
FIGURA 5 ESTADO CIVIL



Fonte: Pesquisa FRS, 2010

58% dos participante do FRS consideram-se casados, 33% dos participantes são solteiros. O gráfico demonstra a significativa participação dos jovens solteiros nas atividades financiadas pelos FRS.

FIGURA 6. PANORAMA GERAL DE AFILIAÇÕES A SINDICATOS, ASSOCIAÇÕES, COPERATIVAS DOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA FRS



Fonte: Pesquisa FRS, 2010

O gráfico acima demonstra a inserção das famílias que participam das atividades financiadas pelos FRS em asso-

ciações ou sindicatos. 30% responderam que não se encontram vinculadas a nenhum tipo de associação. 30% declararam que são vinculadas simultaneamente ao Sindicato (STR) e a Associações Comunitárias e 23% estão vinculadas apenas a Associações Comunitárias.

Indicadores de sustentabilidade

Os indicadores foram mapeados a partir da perspectiva dos sujeitos assentados da reforma agrária que participam dos FRS na Paraíba. São dimensões da vida cotidiana fundamentais do ponto de vista dos pequenos agricultores para a sustentabilidade das suas respectivas atividades desenvolvidas nos assentamentos. Por exemplo, liderança democrática potencializa a emancipação das comunidades e a dinâmica produtiva, enquanto que, relações patrimonialistas se constituem como um limite para a dinâmica produtiva e emancipatória. Foi por meio do questionário que os participantes do FRS relataram a satisfação com os líderes sindicais: segundo Seu Felisberto, Dona Geralda Dona Maria do Socorro e Dona Maria Vilani: Qual a sua opinião sobre a gestão dos FRS? "Muito boa, ótima. O grupo que escolhe por meio de votação é muito organizada"; " Bom demais, tá ótimo"; " Nota dez, tudo é decidido em grupo: " Bom, muito bom, ótimo" e também no âmbito da solidariedade, havendo um fortalecimento da solidariedade entre os grupos.

A observância do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para a merenda escolar pelos municípios é um indicador robusto de sustentabilidade porque assegura um mercado para escoar o excedente da produção agrícola. O domínio da cadeia produtiva é outro indicador robusto que sinaliza para a sustentabilidade dos empreendimentos financiados pelos FRS.

1. Economia – domínio da cadeia produtiva: a base produtiva no assentamento Acauã é a agricultura em pequena es-

- cala, algo em torno de 80% é produzido para consumo da família e 20% é comercializado na feira local do município que disponibilizou um espaço para a feira solidária. Neste sentido, vendendo diretamente ao cliente final eliminam o atravessador. A maioria das famílias trabalha com plantações de alimentos como: milho, feijão, batata, tomate, pepino, entre outros. Os agricultores produzem seus alimentos sem agrotóxicos na horta comunitária do assentamento e vendem seus produtos na feira livre do município. As artesãs produzem seus produtos na associação comunitária do assentamento e vendem em eventos típicos da região, contudo não encontram um mercado para comercializar seus produtos. Os apicultores vendem sua produção de mel para a prefeitura com o programa PAA (Programa de Aquisição de Alimentos). À exceção das artesãs, os demais grupos produtivos dominam a cadeia produtiva da agricultura familiar, ou seja, têm assegurado um nicho de mercado para escoar seus produtos, sem a intermediação do atravessador.
2. Relações de Poder: Há ligações simbióticas com a prefeitura, pois o vice-prefeito é assentado em Acauã e presidente do STR. Esta proximidade tem favorecido os grupos produtivos. Segundo os relatos, o estilo da liderança é democrático e legítimo.
 3. Organização Social e simbolismo: Todos os participantes entrevistados demonstram grande apego e identificação com a "terra" e com a agricultura familiar, pois participaram das lutas pela conquista do assentamento junto ao Movimento dos Sem Terra e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Ao longo do processo de luta social construíram uma identidade de interesses em torno da terra.
 4. Tecnologias de armazenamento da água e novas tecnologias agrícolas: Há cisternas no assentamento Acauã e também o sistema de produção agrícola

denominado de mandala. O sistema lógico dos cultivos em círculo ordena as plantações em ciclos facilitando a sua irrigação: As plantações em círculos favorecem o desempenho conjunto: no primeiro ciclo a banana, no segundo o mamão, no terceiro as hortaliças e nos demais as outras plantas como a macaxeira.

5. Redes de Proteção Social: 100% dos participantes com filhos na escola são beneficiados com o Programa Bolsa Família (PBF). O indicador sinaliza que a renda das famílias é composta pelo PBF e pelo excedente da produção agrícola.
6. Concepções e Projetos de desenvolvimento Local do Município e da Comunidade: Podemos considerar os Fundos Rotativos como uma política de desenvolvimento territorial porque visa o fortalecimento das dinâmicas locais via financiamento de atividades produtivas.
7. Sistema de Educação (acesso à rede pública de ensino): Nas comunidades rurais há escola pública até o Ensino Fundamental I, a partir do Ensino Fundamental II encontra-se apenas na cidade. O município fica próximo de um grande polo sertanejo, a cidade de Sousa, para onde muitos estudantes que concluem o Ensino Médio se deslocam para fazer o ensino superior ou técnico, na Universidade Federal. A prefeitura local disponibiliza transporte para a locomoção dos estudantes, embora não esteja em bom estado de conservação

Considerações finais

Em vinte meses de atividades financiadas pelos FRS podemos sinalizar os impactos na vida das comunidades em quatro dimensões: 1) organização produtiva e política: os FRS são geridos pelas comunidades, neste sentido, há um processo de aprendizado do exercício da democracia, em que o STR desempenha papel de relevo. Deste modo, foi perceptível o nível de organização de diversos grupos

em conjunto com os líderes sindicais que discutiam durante as reuniões o aprimoramento do FRS dentro da comunidade e também visando uma ampliação deste programa para comunidades que ainda não são contempladas. Vale ressaltar que a democracia é um valor muito apreciado pelas comissões e pelos participantes, havendo transparência na gestão dos projetos financiados pelo FRS, buscando envolver os participantes nas reuniões, alertando-os para uma produção solidária e consciente; 2) Relações de gênero – a expressiva participação das mulheres nas atividades é outro indicador significativo; 3) construção de uma cultura agroecológica por meio da participação dos jovens e das crianças; 4) Identidades – ressignificação das identidades camponesas em contexto novo como diria Sahlins (1999). A experiência de Acauã nos permite sugere

rir que os FRS têm mais efetividade onde já existia uma densidade nos laços sociais, reforçados pelo fundo, e, em comunidades organizadas politicamente para reivindicar seus direitos.

Ao mesmo tempo, a pesquisa aponta para o potencial da etnografia e dos indicadores locais para a avaliação de políticas sociais segundo a perspectiva das comunidades, ou seja, de suas respectivas visões de mundo, ao mesmo tempo, nos revela os fatores estruturais que limitam a efetividade das mesmas, a exemplo da acessibilidade da comunidade à rede pública de ensino e às novas tecnologias de informação. Neste sentido, o grande embate oscila entre a reprodução de uma estrutura social excludente e as mudanças sociais emancipatórias que as políticas sociais podem nos trazer.

Referências bibliográficas

- BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. *Programa de apoio a projetos produtivos solidários*. Fortaleza: BNB, 2005.
- DINIZ, Paulo César Oliveira. *Ação Coletiva e Convivência com o Semi-Árido: A experiência da Articulação do Semi-Árido Paraibano*. Campina Grande: UFPB, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, março de 2002, 121 p. e anexos, Dissertação de Mestrado em Sociologia Rural.
- DUQUE, Ghislaine; OLIVEIRA, Socorro. Comunidade rural e cooperação entre camponeses: Os Fundos Rotativos Solidários na Paraíba. In: CONGRESSO EUROPEU CEISAL DE LATINOAMERICANISTAS, 5, 2007, Bruxelas. *Anais...* Bruxelas: CEISAL, 2007.
- LANNA, Marcos. *A dívida divina*. Troca e patronagem no nordeste brasileiro. Campinas: Unicamp, 1995.
- _____. Nota sobre Marcel Mauss e o ensaio sobre a dádiva. Curitiba, *Revista de Sociologia e Política*, 14, p. 173-194, jun, 2000.
- GONÇALVES, Alicia. *Experiências em economia solidária no Estado do Ceará*. Campinas: Editora Arte Escrita/CMU/Unicamp, 2009a.
- _____. Economia da dádiva e os Fundos Rotativos Solidários. Reciprocidade e Mercado em comunidades rurais no Estado da Paraíba. *Projeto de pesquisa*, Universal, CNPq, 2009b. 39p.
- MOREIRA, Emília e TARGINO, Ivan. De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano. *Revista NERA*, ano 10, n. 10, jan/jun de 2007 pp.72-93.
- PÓLO SINDICAL E DAS ORGANIZAÇÕES DA AGRICULTURA FAMILIAR DA BORBOREMA et al. *Cordel do Fundo Solidário. Gerando riquezas e saberes. Noções de boas práticas sobre organização e gestão*. Lagoa Seca, Paraíba, 48p. 2008. Acompanha CD Rom.
- RODRIGUES, Lea Carvalho. Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais. *Revista Aval*, jan/jun, 2008, pp.7-15.

- _____. Análises de conteúdo e trajetórias institucionais na avaliação de políticas públicas sociais: perspectivas, limites e desafios. *Caos*, n.16, Marc, 201, pp. 55-73.
- RUFINO, Michelle. Os Fundos Rotativos Solidários no Alto Sertão Paraibano: Diário de campo de uma pesquisa de avaliação. In: *CAOS - Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, João Pessoa, n, 15, mar. 2010. Disponível em: < <http://www.cchla.ufpb.br/caos/>>. Acesso em: 31 ago. 2010.
- SABOURIN, Eric. Práticas de reciprocidade e economia de dádiva em comunidades rurais do Nordeste brasileiro. *Raízes*, Ano XVIII, n. 20, pp. 41-49, nov. 1999.
- SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter. (Org.) *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.
- STOLKE, Verena. La mujer es puro cuento: La cultura del género. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v.12, n. 2, pp. 77- 105, maio/ago. 2004.
- SILVA, Roberto Marinho Alves. *Entre o combate à seca e a convivência com o Semi-árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento*. Brasília, Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Tese de Doutorado, 2006. 298p.
- TEMPLE, Dominique. As origens antropológicas da reciprocidade. Disponível em: <<http://www.jornaldomauss.org>>. Consulta em: 28 jul. 2009.
- WOORTMANN, Klaas. "Com parente não se neguceia". O campesinato como ordem moral. Brasília, *Anuário antropológico*. v.87, pp. 11-73. 1990.

Resumen: Este trabajo presenta los primeros resultados de una experiencia de investigación: la evaluación de las políticas sociales de las finanzas solidarias - los Fondos Rotatorios Solidarios (FRS) en el Estado de Paraíba. El FRS son instrumentos de las finanzas solidarias (subvenciones) dirigidos a la comunidad de agricultores que practican la autogestión de estos fondos, la creación de un ahorro que se reinvierte en la comunidad. El foco central de la política es el fortalecimiento de la solidaridad y la reciprocidad como un circuito de prácticas antiguas del mundo campesino, y al mismo tiempo entrar en la producción agrícola comercial en el circuito con el fin de aumentar los ingresos y el desarrollo regional. La investigación en curso tiene como objetivo evaluar la eficacia de la política desde la cosmovisión campesina y de los indicadores de sostenibilidad. La evaluación preliminar indica que los fondos tienen el potencial para fortalecer la agricultura familiar, de promocionar la discusión de las prácticas de género y agro-ecológicas.

Palabras clave: evaluación de políticas sociales, financiación solidaria, Fondos Rotatorios Solidarios, solidaridad, desarrollo territorial

Resumé: Cet article présente les premiers résultats d'une recherche d'investigation: il s'agit de l'évaluation des politiques sociales de financement rotatifs - FONDS Rotatifs Solidaires (RFS) dans l'Etat de Paraíba. Les RFS sont un instrument de financements solidaires (fonds disparus) ciblant les communautés des cultivateurs qui pratiquent l'autogestion des fonds, et ainsi forment une épargne à être réinvestie dans ces mêmes communautés. Le but de la politique est renforcer la solidarité et le circuit de réciprocité comme des pratiques ancestrales de l'univers paysan, et, au même temps, insérer la production agricole dans le circuit mercantile avec l'objectif d'augmenter les revenus et le développement territorial. La recherche en cours prétend évaluer l'efficacité de la politique à partir du point de vue de la communauté et des indicateurs de développement durable. L'évaluation préliminaire révèle le potentiel des fonds dans le renforcement de l'agriculture familiale, - dans le débat de la question du genre et pratiques agro-écologiques.

Mots clés: évaluation des politiques sociales, financements solidaires, Fond Rotatif Solidaire, solidarité, développement territorial

Notas

- 1 Cf. Lanna (1995); Sabourin (1999); Oliveira (2006); Duque (2008); Duque & Oliveira (2007) e Mota (2009), para o caso de comunidades rurais no semiárido cearense dentre outros.
- 2 Segundo Lanna (2000, p.3), Mauss definia a dádiva de modo amplo: "presentes, visitas, esmolas, heranças, mulheres, um sem números de 'prestações' que podem ser *totais* ou *agonísticas*". Até mesmos os tributos poderiam ser considerados dádivas.
- 3 Para Klaas Woortmann (1990, p.23) a noção de campesinidade se refere a uma ordem moral, a um qualificativo presente em maior ou menor grau nos grupos sociais. Segundo o autor, nas sociedades camponesas, a terra, a família e o trabalho são categorias interdependentes. "Nas culturas camponesas não se pensa a terra sem pensar a família e o trabalho, assim como não se pensa o trabalho sem pensar a terra e a família". Trabalho, família e terra se articulam a valores classificatórios como, honra, liberdade, reciprocidade e hierarquia.
- 4 Segundo Klaas Woortmann (1990), o espírito da reciprocidade, enquanto princípio moral, presente nas sociedades camponesas, nega e se contrapõe ao espírito do lucro.
- 5 As finanças solidárias são constituídas pelos Bancos Comunitários, moedas sociais, sistema de *trueque* e os fundos solidários. Trata-se de um sistema de crédito baseado em práticas recíprocas em contraposição ao sistema oficial representado pelo Sistema Financeiro Nacional de crédito baseado no lucro e no individualismo.
- 6 A expressão "semiárido" é utilizada comumente para designar um tipo climático caracterizado por forte insolação, temperaturas relativamente altas e um regime de chuvas marcado pela escassez, irregularidade e concentração das precipitações num curto período. A esse tipo climático corresponde a formação vegetal de Caatinga, formação lenhosa, caracterizada por uma máxima adaptação dos vegetais à carência hídrica, com espécies, na sua maioria, caducifólias, espinhosas, com folhas pequenas ou de lâminas subdivididas, existindo, inclusive, algumas sem folhas (áfilas) para reduzir ao máximo a perda de água por transpiração. A sua fisionomia varia de acordo com as condições climáticas e edáficas" (MOREIRA E TARGINO, 2007) Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/revista/10/moreira.pdf>. Consulta em 23 jan. 2012. O semiárido abrange os nove estados da região Nordeste, na Paraíba compreende 80% da superfície do Estado o que demonstra a relevância das políticas públicas de desenvolvimento local no combate à pobreza.
- 7 Cf. documento da ASA/Brasil.
- 8 Ao aderirem aos FRS, as comunidades assinam um termo de adesão, elaboram um regimento, convocam reuniões, elaboram a sua ata e fazem o controle contábil. Trata-se de um processo pedagógico, porque pequenos agricultores com baixo nível de escolaridade formal aprendem a elaborar uma ata, por exemplo, ou a fazer um controle contábil básico dos recursos que entram e circulam.
- 9 A construção do banco de sementes comunitário revelou a biodiversidade do semiárido, onde foram identificadas 18 variedades de feijão no Agreste, 20 no Brejo e 26 no Curimataú (DUQUE, 2008, p.10).
- 10 A trajetória da ASA/PB está relatada em Diniz (2002) e resumida em Duque (2008).
- 11 A respeito da lógica clientelista presente em comunidades rurais e em projetos de economia solidária ver Gonçalves (2008, 2009a).
- 12 O BNB criado pela Lei Federal nº 1.649, de 19 de julho de 1952, é uma instituição voltada para o desenvolvimento regional sustentável, com atuação em 1.986 municípios situados nos nove Estados nordestinos e no norte dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo. Opera como órgão executor de políticas públicas destinadas a reduzir as desigualdades socioeconômicas entre sua área de atuação e as regiões mais desenvolvidas do país. (BNB, 2005, p.11).
- 13 Cf. Gonçalves (2009). "Avaliação dos Fundos Rotativos Solidários no Estado da Paraíba", fruto do convênio BNB/CODISMA formalizado no ano de 2009 quando foi publicado o Convênio no Diário Oficial da União em 24.07.09 (seção três, página 94).
- 14 Sobre uma proposta de avaliação em profundidade consultar Rodrigues (2008 e 2011).
- 15 Sobre diário de campo da pesquisa de avaliação consultar Rufino (2010).
- 16 O crédito da pesquisa deve ser dado aos alunos de graduação do curso de Ciências Sociais da UFPB, Michele Nunes Rufino, Celly Souza e Marcio que realizaram a pesquisa de campo sob minha orientação.
- 17 Cf. Gonçalves (2009b).
- 18 É sabido que etnografia é um conceito polissêmico à medida que incorpora vários sentidos, segundo os autores e as suas respectivas filiações teóricas. Entretanto, neste projeto me inspiro na noção de descrição densa formulada por Clifford Geertz (1989). A descrição densa envolve o desvendar dos significados atribuídos aos processos sociais em análise. Segundo essa perspectiva, envolve em se considerar na análise a perspectiva *êmica* que se confronta e se articula no texto etnográfico à perspectiva do antropólogo. Contudo, sempre é importante sublinhar que a *boa etnografia* como diz Mariza Peirano é aquela que a partir dos dados etnográficos coletados na pesquisa de campo re- atualiza as categorias e os conceitos clássicos da disciplina, tais como o de dádiva e de reciprocidade.
- 19 Gênero é uma categoria analítica que nos ajuda a compreender as relações de distinção, oposição e assimetria entre os sexos, enquanto relações construídas histórica e culturalmente. A questão é como essa diferença se transforma historicamente em assimetria e desigualdade? E quais as implicações desta assimetria? Inspiramos em duas autoras Verena Stolcke (2004) (Universidade de Barcelona) e Joan Scott (1992) (Princeton University). "Scott propõe um uso do gênero muito mais abrangente, incluindo o homem e a mulher em suas múltiplas conexões, suas hierarquias, precedências e relações de poder".